



CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

**Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Luca Vieira
Ilvanete dos Santos de Souza
(Organizadores)**

Atena
Editora

Ano 2021



CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

**Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Luca Vieira
Ilvanete dos Santos de Souza
(Organizadores)**

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Capitalismo contemporâneo e políticas educacionais

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
Ivanete dos Santos de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C244 Capitalismo contemporâneo e políticas educacionais / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André Ricardo Lucas Vieira, Ivanete dos Santos de Souza. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-167-8

DOI 10.22533/at.ed.678211106

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador). III. Souza, Ivanete dos Santos de (Organizadora). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. Mesmo em 2021, com a aprovação do uso das vacinas no Brasil e com aplicação a passos lentos, seguimos um distanciamento permeado por angústias e incertezas: como será o mundo a partir de agora? Quais as implicações do contexto pandêmico para as questões sociais, sobretudo para a Educação no Brasil? Que políticas públicas são e serão pensadas a partir de agora em nosso país?

E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro. Sabemos, partindo do que nos apresentaram Silva, Nery e Nogueira (2020, p. 100), que as circunstâncias do contexto pandêmico são propícias e oportunas para construção de reflexões sobre os diversos “aspectos relativos à fragilidade humana e ao seu processo de ser e estar no mundo, que perpassam por questões culturais, educacionais, históricas, ideológicas e políticas”. Essa pandemia, ainda segundo os autores, fez emergir uma infinidade de problemas sociais, necessitando assim, de constantes lutas pelo cumprimento dos direitos de todos.

Como assevera Santos (2020), desde que o neoliberalismo foi se impondo como versão dominante do capitalismo o mundo tem vivenciado um permanente estado de crise; onde a educação e doutrinação, o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado são os principais modos de dominação ao nível dos Estados.

Nesse sentido, a pandemia, ainda segundo o autor anteriormente referenciado, veio apenas agravar a crise que a população tem vindo a ser sujeita. Esse movimento sistemático de olhar para as crises, postas na contemporaneidade, faz desencadear o que o que Santos (2020, p. 10) chamou de “[...] claridade pandêmica”, que é quando um aspecto dessa crise faz emergir outros problemas, como os relacionados à sociedade civil, ao Estado e as políticas públicas, por exemplo. É esse, ainda segundo o autor, um momento catalisador de mudanças sociais.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “**Capitalismo Contemporâneo e Políticas Educacionais**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re) pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que aceitaram fazer parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestradas, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

André Ricardo Lucas Vieira

Ilvanete dos Santos de Souza

REFERÊNCIAS

SILVA, A. J. N. DA; NERY, ÉRICA S. S.; NOGUEIRA, C. A. Formação, tecnologia e inclusão: o professor que ensina matemática no “novo normal”. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 5, n. 2, p. 97-118, 18 ago. 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O AVANÇO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E SEUS IMPACTOS SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: O CASO DA ALDEIA AÇAIZAL – AMAZÔNIA – BRASIL

Hellen Regina Martins Rocha

Vanja da Cunha Bezerra

Messias Furtado da Silva

Claudio Emidio-Silva

DOI 10.22533/at.ed.6782111061

CAPÍTULO 2..... 15

MOVIMENTOS SOCIAIS E A POLITICA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO

Armanda Rachel Botelho Mourão

William de Farias Barros

DOI 10.22533/at.ed.6782111062

CAPÍTULO 3..... 26

CICLO DE DEBATES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: APROXIMANDO UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

Ethel Louise Pereira dos Santos

Larissa Antunes Zanotti

Maria Virgínia Martins Mattar

Nathália Gonçalves Ferreira

Giovanna Carvalho de Almeida Avelar

Gustavo Costa de Souza

DOI 10.22533/at.ed.6782111063

CAPÍTULO 4..... 38

A EVOLUÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS MUDANÇAS DESDE A PRIMEIRA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL ATÉ A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO

Marcella Arraes Castelo Branco

Elenice de Alencar Silva

Flávio Ricardo Silva Sousa

DOI 10.22533/at.ed.6782111064

CAPÍTULO 5..... 52

CONSTRUÇÕES LÚDICAS DE BONECAS (OS) NA PERSPECTIVA DO CORPO E GÊNERO

Lidia Andrade da Silva

Leilane Alves Chaves

Nathália Martins Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.6782111065

CAPÍTULO 6..... 62

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E REFERÊNCIAS ANGLO- AMERICANAS NO

PENSAMENTO DE ANÍSIO TEIXEIRA DO PERÍODO DE 1951 A 1971

Naiara Ramos

José Geraldo Pedrosa

DOI 10.22533/at.ed.6782111066

CAPÍTULO 7..... 72

REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS DO MEIO AMBIENTE PARTILHADAS POR ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Francisca de Fátima de Lima Sousa

Dálet Helen Vasconcelos Veras Lima

João Pedro Cardoso de Macedo

Dinalva Clara Monteiro Santos Silva

Wyadyson Francisco de Sousa Maciel

DOI 10.22533/at.ed.6782111067

CAPÍTULO 8..... 84

O PROGRAMA INTEGRAL DE SAÚDE DA MORADIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Nathália Dias Pereira Alves Oliveira

Renato Pereira da Silva

Maria das Dores Saraiva de Loreto

DOI 10.22533/at.ed.6782111068

CAPÍTULO 9..... 95

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: COMO EDUCAR PARA A PAZ EM TEMPOS DIFÍCEIS?

Denilson Douglas de Lima Cardoso

Valdivina Alves Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.6782111069

CAPÍTULO 10..... 105

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA, UMA REALIDADE POSSÍVEL: LEI Nº 7.040/98/ SEDUC/MT NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE MATO GROSSO

Márcio Paz Câmara

Silvia Regina Canan

DOI 10.22533/at.ed.67821110610

CAPÍTULO 11..... 115

EMPREENDEDORISMO SOCIAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO ACERCA DOS PROFESSORES DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Mirela Viersa Morillo

Rodrigo Augusto Prando

DOI 10.22533/at.ed.67821110611

CAPÍTULO 12..... 132

COOPERAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL: A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE JUIZ DE FORA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO

Polyana Gomes de Matos

DOI 10.22533/at.ed.67821110612

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 13 | 143 |
| LIMITES DAS POLÍTICAS SOCIOEDUCACIONAIS NO BRASIL FRENTE ÀS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS | |
| Telmo Marcon | |
| DOI 10.22533/at.ed.67821110613 | |
| CAPÍTULO 14 | 155 |
| O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A POLÍTICA DE PERMANÊNCIA DOS DISCENTES DA EPT NO ENSINO MÉDIO EAD | |
| Angelimar Santana Santos | |
| Marcelo Vera Cruz Diniz | |
| DOI 10.22533/at.ed.67821110614 | |
| CAPÍTULO 15 | 175 |
| O PROCESSO DE ENSINO COMO INSTRUMENTO PARA EMANCIPAÇÃO HUMANA | |
| Janaina Rossarolla Bando | |
| Daniel Pulcherio Fensterseifer | |
| DOI 10.22533/at.ed.67821110615 | |
| CAPÍTULO 16 | 185 |
| REFLEXÕES SOBRE A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA: AS POSSIBILIDADES DE UMA PRÁTICA INTERDISCIPLINAR | |
| Maurício Cosme de Lima | |
| Simone Ferreira Teixeira | |
| DOI 10.22533/at.ed.67821110616 | |
| CAPÍTULO 17 | 196 |
| TECNOLOGIA SOCIAL, SUSTENTABILIDADE E CIÊNCIAS POR MEIO DE CADERNO PEDAGÓGICO | |
| Natalia de Lima Bueno | |
| Amanda Bastos Almeida | |
| Gabriel Ribeiro Griten | |
| Jessica Alessandra Hungaro | |
| DOI 10.22533/at.ed.67821110617 | |
| CAPÍTULO 18 | 202 |
| VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E SUAS MANIFESTAÇÕES NO COTIDIANO ESCOLAR: UM RECORTE TEÓRICO SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS | |
| Helenice Bastos Batista Rocha | |
| Maria de Fátima de Andrade Ferreira | |
| DOI 10.22533/at.ed.67821110618 | |
| CAPÍTULO 19 | 216 |
| O QUASE-MERCADO EDUCACIONAL BRASILEIRO E A POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA ENQUANTO PROJETO DE NAÇÃO | |
| Cristian Correna Carlo | |

DOI 10.22533/at.ed.67821110619

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 20 | 228 |
| A DECOLONIALIDADE NO CURRÍCULO MÍNIMO DE SOCIOLOGIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | |
| Vitória Marinho Wermelinger | |
| DOI 10.22533/at.ed.67821110620 | |
| CAPÍTULO 21 | 240 |
| REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO, INTERCULTURALIDADE, GÊNERO E DIREITOS HUMANOS | |
| Isadora Pereira Dias | |
| Giovana Giraldelli Mendes Barbosa | |
| DOI 10.22533/at.ed.67821110621 | |
| CAPÍTULO 22 | 248 |
| APREENSÕES SOBRE A DISCIPLINA POLÍTICA, GESTÃO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL | |
| Fábio Mamoré Conde | |
| Evelyn Iris Leite Morales Conde | |
| DOI 10.22533/at.ed.67821110622 | |
| CAPÍTULO 23 | 257 |
| NO ESTAR SENDO PEDAGOGO, PRIMEIROS DIÁLOGOS SOBRE E COM CIDADES EDUCADORAS | |
| Paula dos Santos de Oliveira | |
| Stefani Iolanda Gomes de Lima | |
| Lígia Dadalt Casaril | |
| Eliara Zavieruka Levinski | |
| DOI 10.22533/at.ed.67821110623 | |
| CAPÍTULO 24 | 270 |
| DA CÉDULA DE 200 REAIS AO NICHU E HABITAT: ANÁLISE DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA DIALÓGICA | |
| Andiara Aparecida Sousa | |
| Richard Lima Rezende | |
| Antonio Fernandes Nascimento Junior | |
| DOI 10.22533/at.ed.67821110624 | |
| CAPÍTULO 25 | 277 |
| A NOÇÃO DE TRAVESSIA COMO DIALÉTICA CONCEITUAL | |
| Vagno Emygdio Machado Dias | |
| DOI 10.22533/at.ed.67821110625 | |
| SOBRE OS ORGANIZADORES | 290 |
| ÍNDICE REMISSIVO | 292 |

CAPÍTULO 12

COOPERAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL: A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE JUIZ DE FORA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO

Data de aceite: 01/06/2021

Data de submissão: 08/03/2021

Polyana Gomes de Matos

Dutoranda do Curso de Educação da
Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF.

Juiz de Fora/Minas Gerais

<http://lattes.cnpq.br/9371024819755751>

Pesquisa desenvolvida pela autora, entre os anos de 2010 e 2017, através da observação na escola onde atua e, também, através da realização do curso de formação de professores/PNAIC.

RESUMO: Este capítulo apresenta a análise de dois programas baseados em Políticas Públicas educacionais: Programa Dinheiro Direto na Escola (PPDE) e Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). O objetivo foi o de analisar essas políticas no que ambas possuíam de cooperação e colaboração entre as esferas federativas responsáveis pela educação: União, estados e municípios. A pesquisa contou com referenciais teóricos como CURY(2002), CASTRO (1998), OLIVEIRA (2007), dentre outros, além de leis, decretos e documentos oficiais publicados sobre os programas em questão. A análise de conteúdo a partir destes referenciais concluiu que a segunda política foi favorecida pela cooperação e colaboração existente entre os entes enquanto que a primeira deixou a desejar nesse quesito; o que dificultou

algumas das execuções do programa nas escolas.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperação, Colaboração, Educacional.

INTERGOVERNMENTAL COOPERATION: THE REGIONAL SUPERINTENDENCE OF JUDGE OUTSIDE AND PUBLIC POLICIES FOR EDUCATION

ABSTRACT: This article presents the analysis of two programs based on educational Public Policies: Programa Dinheiro Direto na Escola (PPDE) and the National Pact for Literacy at the Right Age (PNAIC). The objective was to analyze these policies in which both had cooperation and collaboration between the federal spheres responsible for education: Union, states and municipalities. The research relied on theoretical references such as CURY (2002), CASTRO (1998), OLIVEIRA (2007), among others, in addition to laws, decrees and official documents published on the programs in question. The content analysis based on these references concluded that the second policy was favored by the existing cooperation and collaboration between the entities, while the first left something to be desired in this regard; which hindered some of the program's executions in schools.

KEYWORDS: Cooperation, Collaboration, Educational.

INTRODUÇÃO

O Brasil, na década de 1980, com sua redemocratização, após um longo período

ditatorial, aprovou em 1988, por meio da participação popular, a constituição que regeria os preceitos democráticos da nação a partir de então. Muitos foram os ganhos para a administração pública, visto que a gestão democrática e participativa se tornara basilares para a nação. Voto secreto a todos, direito a saúde, educação, alimentação, moradia, lazer, para elencar apenas alguns dos pontos, foram descritos na Carta Magna.

Porém, para garanti-los, faz-se necessário, além de descrevê-los nas linhas da Constituição, adotar Políticas Públicas que favoreçam ao atendimento destas necessidades, pois apesar de ser um passo importante, não basta que esses direitos estejam reconhecidos e determinados em lei até porque “entre a lei (...) e a ampliação das oportunidades se interpõem desafios que são enfrentados de acordo com as políticas de cada governo” (ALCÂNTARA, 2015, p.1). Em outras palavras, o reconhecimento de direitos inalienáveis de todos, conforme previsto na Constituição são um primeiro passo. Por conseguinte, constituem-se como necessárias a criação e implementação de políticas públicas que protejam, mantenham e favoreçam o acesso, a permanência, a conclusão e a qualidade dos direitos ofertados e descritos em lei.

Ainda neste contexto, segundo o artigo primeiro da Constituição Federal de 1988, o Brasil organiza-se em uma República Federativa “formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui(ndo)-se em Estado Democrático de Direito” (BRASIL, 1988, p. 14). Isso significa que, apesar de haver um presidente e uma organização federal “geral”, somos formados também por estados e municípios que igualmente possuem autonomia administrativa e organizacional, desde que obedecidas as regras federais gerais.

Em termos de Políticas Públicas, isso significa que cada estado e município têm a sua autonomia descentralizada reservada para fazer e adequar a sua realidade local aquilo que é mais ou menos necessário. No entanto, com esta organização para que as Políticas Públicas possam se organizar de forma a respeitar, ao mesmo tempo, as autonomias e o ordenamento federativo, faz-se necessária a *colaboração e cooperação*. Frente a essas problematizações do campo tem-se como questão norteadora para este artigo: em que medida a gestão intergovernamental e federativa brasileira, através da cooperação e colaboração entre União, estados e municípios, podem ou não contribuir para as políticas em Educação?

No que tange a possíveis problematizações a essas questões objetiva-se no artigo, de forma geral, identificar, analisar e compreender qual a importância de uma gestão intergovernamental cooperativa e colaborativa para o sucesso ou fracasso de políticas públicas educacionais. De modo semelhante, especificamente, objetiva-se também problematizar a questão da cooperação e colaboração entre os entes federados, no caso federativo brasileiro, no que se refere às políticas educacionais e avaliar as relações de gestão intergovernamentais com relação à educação nas esferas federativas, estaduais e municipais.

A questão e os objetivos apresentados justificam-se, no entender desta pesquisadora, pois atualmente percebe-se – através da atuação e inserção profissional - a dificuldade das escolas municipais, estaduais e federais frente a um alinhamento nacional. Estudar as questões imbricadas junto à governança das políticas que influenciam diretamente no cotidiano dos espaços escolares pode contribuir para o entendimento de tais diferenças. Analisar como, hoje, a falta da cooperação governamental pode acarretar em políticas descontínuas e prejudiciais à educação são de importância constante.

Tais temas, bem como a referida participação de cada ente no que se refere à educação serão trabalhados no item de Referencial Teórico onde é apresentado também, juntamente com a temática, um estudo de caso sobre a Superintendência Regional de Ensino da cidade de Juiz de Fora em uma análise sobre como duas Políticas Públicas para a Educação – Programa dinheiro Direto na escola e Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - chegam a esta cidade através da cooperação e/ou colaboração. Além desta introdução, que tem por objetivo situar o leitor sobre a pesquisa realizada, o artigo conta com o próximo item onde é demonstrado o procedimento metodológico adotado e, apresenta como resultado, a conclusão de que a segunda política foi favorecida pela cooperação e colaboração existente entre os entes enquanto que a primeira deixou a desejar nesse quesito; o que dificultou algumas das execuções do programa nas escolas. Nas considerações finais essas questões são retomadas demonstrando as dificuldades encontradas no percurso de escrita deste artigo.

METODOLOGIA

O presente artigo teve como orientação a metodologia quali-quantitativa. Foram adotadas no tratamento dos dados a análise de conteúdo de duas políticas públicas selecionadas no âmbito de atendimento da SRE de Juiz de Fora – Programa Dinheiro Direto na Escola e Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. O método centrou-se em uma abordagem hipotético-dedutiva em que a premissa principal foi a de que a cooperação e colaboração são essenciais para que as políticas públicas em Educação possam acontecer de maneira eficiente.

A pesquisa descritiva e metodológica teve como meios o estudo de caso baseado na cidade de Juiz de Fora e, ainda, contou com a contribuição de uma pesquisa bibliográfica e documental junto aos sites e documentos oficiais das secretarias estadual e municipal de Educação bem como dos dois programas elencados para estudo. A amostra destes dois programas se deu por tipicidade, já que a intenção do presente texto era demonstrar Políticas Públicas em Educação que contivessem a cooperação e a colaboração em uso e que demonstrassem a hipótese de sua utilização contundente. O levantamento dos dados necessários para análise se deu através da observação direta das políticas selecionadas dentro da escola de atuação da pesquisadora¹. Vale ressaltar que a disponibilização de

1. Instituto Estadual de Educação de Juiz de Fora.

tais arquivos de forma acessível e transparente junto aos sites favoreceu a pesquisa, especialmente no momento como O que estamos vivendo, de isolamento social frente a pandemia do novo Coronavírus. O levantamento dos dados e a análise dos mesmos só foram possíveis devido a essa disponibilização on-line.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os conceitos de cooperação e colaboração são de suma importância para que as políticas não virem disputas partidárias entre rivais que porventura estejam à frente de diferentes estados e municípios em relação às determinações federais. Enquanto que o primeiro remete aquilo que os entes federados precisam para se adequar uns às organizações dos outros, o segundo refere-se mais aos parâmetros necessários aos sistemas entre si.

Nesse aspecto, faz-se imprescindível que sejam regulamentadas essas ações tanto cooperativas, quanto colaborativas, porque sem isso, as políticas viram palco de disputas que nada favorecem aos que dela necessitam ou aos órgãos a que tais políticas estariam ligadas. Exemplo disso pode ser verificado em políticas públicas destinadas à educação escolar. Nas palavras de Cury,

A diferença entre regime de colaboração e de cooperação reside na forma pela qual as políticas educacionais se articulam entre os sistemas de ensino. A LDB, Lei nº 9.394/96, em seu art. 8º elegeu o regime de colaboração como forma de propiciar articulação dos sistemas, porém essa articulação só se efetiva em âmbito de decisões de governos, ou seja, pelo princípio da adesão voluntária. O regime de cooperação pauta-se na institucionalização das relações entre os sistemas, independente de ações de governo, traduzindo a forma escolhida pela Constituição Federal de 1988, para implementar as políticas educacionais, em nível de Estado (CURY, 2013, p.13).

Isso também pode ser analisado em termos de educação quando, no Brasil, em 2005, as matrículas das crianças de seis anos passaram a ser obrigatórias com eficácia legal a partir do ano letivo seguinte, e em 2006, com implementação prevista até 2010, houve a ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos de duração. A Câmara de Educação Básica através do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE) recebia muitos questionamentos quanto a esta questão e, segundo Machado (2016), diversas resoluções foram publicadas na tentativa de responder e esclarecer as redes de ensino e aos responsáveis já que

Observa[va]-se um intervalo de um ano entre a Lei 11.114/05, que obriga a matrícula no ensino fundamental aos 6 anos de idade e a Lei 11.274/06 que dispõe sobre a duração de 9 anos desta etapa escolar. E sobre a precária redação, atenta-se ao fato da lei não estabelecer se no caso seriam 6 anos completos ou a completar durante o ano letivo (ZANDER, 2015, p. 28).

Em 2010, último ano para adaptação das redes ao ensino fundamental de nove anos de duração, após diversas resoluções e pareceres elencando o “início do ano letivo” como data de corte etário - mas sem que houvesse um entendimento geral sobre a questão - a CEB/CNE “estabeleceu as resoluções número 1 e 6 definindo a data de corte etário como forma de padronizar os sistemas de ensino no país e de proteger o direito à infância” (UNDINE, 2015, p. 4) como sendo até o dia 31 de março.

Por esse estabelecimento, os alunos seriam egressos do ensino fundamental com cinco anos apenas se completassem a idade em acordo com a lei (seis anos) até a data estipulada. Porém, logo que estas resoluções foram apresentadas, diversas localidades e responsáveis recorreram à justiça e conseguiram reverter a decisão. As alegações eram de ilegalidade frente à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), visto que a mesma não estabelece data limite (mês de aniversário), mas apenas elenca a idade de início no ensino fundamental, ou seja, a criança deve ter seis anos no primeiro ano independente de quando ela atingirá esta idade: se em março ou dezembro. Essa contestação aconteceu no estado de Minas Gerais, mas, estranhamente, não ocorreu na cidade de Juiz de Fora. No município, foi adotada a data de corte em 31 de março e no estado a situação foi para as instâncias judiciais. Nas escolas estaduais de Juiz de fora, portanto, existiam à época, alunos que ingressaram quando a data de corte era a de 30 de dezembro, outros que entraram com o vigor da data de 30 de junho, ou que advinham das escolas municipais de Juiz de Fora com a data de 31 de março e, ainda, aqueles cujos pais conseguiram liminares na justiça para a matrícula com cinco anos independente da data de aniversário (MATOS, 2019).

Essas questões causaram impactos na administração e gestão da escola que dependiam de instâncias superiores de Belo Horizonte para responder às demandas dos pais. Logo, percebe-se que, é necessário que cada estado e município “compre” a política e concorde com ela para que a mesma surta os efeitos esperados. O que remete também a necessidade de diálogo na formulação de tais políticas para que não seja algo imposto de cima pra baixo, gerando conflitos que em nada favorecem a aplicação ou adequação da proposta em nível estadual e municipal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escolha da Superintendência Regional de Juiz de Fora, se deu por considerar-se propício seu escopo de atendimento visto que ela se destina a cuidar e organizar a educação estadual em diversas cidades da região. Logo, seu atendimento, em teoria, deve perpassar o âmbito das escolas municipais e estaduais das regiões as quais é responsável, além de ser e atuar como cooperativa das políticas federativas nestes âmbitos. Incluem-se como cidades sob o escopo de atendimento desta regional: Arantina, Belmiro Braga, Bicas, Bom Jardim de Minas, Chácara, Chiador, Coronel Pacheco, Descoberto, Ewbank da

Câmara, Goianá, Guarará, Juiz de Fora, Lima Duarte, Mar de Espanha, Maripá de Minas, Matias Barbosa, Olaria, Pedro Teixeira, Pequeri, Piau, Rio Novo, Rio preto, Rochedo de Minas, Santa Bárbara do Monte Verde, Santana do Deserto, Santa Rita de Jacutinga, Santos Dumont, São João Nepomuceno, Senador Cortes e Simão Pereira. Dentre elas elencou-se a cidade onde a pesquisadora reside e trabalha por considerar que o acesso às informações e dados estariam, além de mais acessíveis, vivenciados no espaço e ambiente de atuação.

Hoje, tem-se, na cidade de Juiz de Fora, um total de matrículas na educação básica conforme os quadros abaixo:

| Unidades | Total de Matrículas |
|--------------|---------------------|
| Federais | 2891 |
| Estaduais | 35393 |
| Municipais | 42504 |
| Particulares | 29556 |

Quadro 01 – Matrículas na Educação Básica

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados da plataforma QEDU (2017).

Separadamente essas matrículas distribuem-se, especificamente, da seguinte maneira:

| Matrículas Federais | Total de 3 escolas |
|----------------------------|-------------------------|
| Matrículas em creches | 0 nenhum |
| Matrículas em pré-escolas | 0 nenhum |
| Matrículas anos iniciais | 446 estudantes |
| Matrículas anos finais | 828 estudantes |
| Matrículas ensino médio | 1.357 estudantes |
| Matrículas EJA | 260 estudantes |

Quadro 02 - Distribuição de matrículas por etapa e rede

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados da plataforma QEDU (2017).

| Matrículas Estaduais | Total de 47 escolas |
|------------------------------|---------------------|
| Matrículas em creches | 0 nenhum |
| Matrículas em pré-escolas | 0 nenhum |
| Matrículas anos iniciais | 7.584 estudantes |
| Matrículas anos finais | 11.492 estudantes |
| Matrículas ensino médio | 12.966 estudantes |
| Matrículas EJA | 3.351 estudantes |
| Matrículas educação especial | 816 estudantes |

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados da plataforma QEDU (2017).

| Matrículas Municipais | Total de 137 escolas |
|------------------------------|--------------------------|
| Matrículas em creches | 2.928 estudantes |
| Matrículas em pré-escolas | 6.975 estudantes |
| Matrículas anos iniciais | 15.581 estudantes |
| Matrículas anos finais | 8.982 estudantes |
| Matrículas ensino médio | 0 nenhum |
| Matrículas EJA | 8.038 estudantes |
| Matrículas educação especial | 1.763 estudantes |

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados da plataforma QEDU (2017).

| Matrículas Privadas | Total de 185 escolas |
|------------------------------|-------------------------|
| Matrículas em creches | 4.940 estudantes |
| Matrículas em pré-escolas | 5.074 estudantes |
| Matrículas anos iniciais | 9.335 estudantes |
| Matrículas anos finais | 5.526 estudantes |
| Matrículas ensino médio | 4.624 estudantes |
| Matrículas EJA | 57 estudantes |
| Matrículas educação especial | 256 estudantes |

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados da plataforma QEDU (2017).

A partir da análise, realizada através dos dados apresentados em quadros, pode-se inferir que apesar de haverem mais escolas particulares na cidade, esse tipo de unidade é o que oferece o menor atendimento total à alunos, sendo sua maior atuação apenas nas creches. Isso pode-se dever ao fato de que a obrigatoriedade escolar é apenas a partir

dos quatro anos, o que não impõe sobre as esferas municipais e estaduais o oferecimento desse tipo de atendimento.

Além disso, percebe-se que o município apresenta maior número de escolas e alunos matriculados não atendendo apenas ao Ensino Médio, enquanto que as escolas estaduais não atendem as creches e pré-escolas. Fato que corrobora também com a obrigatoriedade escolar visto que ao primeiro não cabe oferecer legalmente o ensino médio e aos estados a obrigação inicia-se apenas no ensino fundamental e não na educação infantil (LDB, 1998).

As escolas federais seguem uma linha baixa de atendimento visto também a sua área de atuação ser voltada para o ensino superior e normatizações e orientações gerais, além de auxílio suplementar financeiro e administrativo (LDDB, 1998).

Desta forma, na regra geral, a cidade de Juiz de Fora, segue as determinações legais quanto a distribuição das matrículas entre os entes federados, no entanto, o que nos interessará a partir de agora são os meios e formas com que essa distribuição de responsabilidades vem ocorrendo para que as matrículas sejam mantidas e/ou ampliadas, evitando a evasão escolar de alunos e alunas e contribuindo para a garantia desse direito social, civil e político.

Dois políticas chamaram a atenção por se encontrarem em posições distintas. A primeira delas é o Programa Dinheiro Direto na Escola/PDDE e o segundo é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa/PNAIC. Ambas foram criadas na década de 1990 e são políticas ainda em exercício nas escolas e centro de formação em todo o país. Destinam-se a todas as escolas públicas, podendo uma pequena quantidade de escolas particulares, que se destinem a educação especial, receber parcelas do PDDE e formação pelo PNAIC. Ambas estão em andamento na Superintendência Regional de Ensino de Juiz de Fora/SRE-JF.

O Programa Dinheiro Direto na escola “tem por finalidade prestar assistência financeira para as escolas, em caráter suplementar, a fim de contribuir para manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, com conseqüente elevação do desempenho escolar” (FNDE, 2018). Esse dinheiro é enviado pelo governo federal através do Ministério da Educação/MEC diretamente para as escolas em duas parcelas anuais, conforme a resolução nº 06 de 27 de fevereiro de 2018. Os valores não podem ser gastos com custeio de atividades permanentes como remuneração de funcionários ou contas de água e luz, mas por outro lado devem ser utilizados

na aquisição de materiais permanentes (como bebedouro, impressora, aparelhos de ar condicionado etc.) e de itens de uso diário (papel, lápis, caneta, borracha, cartuchos de tinta para impressora, produtos de limpeza, papel higiênico, sabonete etc.), na realização de pequenos reparos na infraestrutura física do prédio (como consertos de torneiras) e na contratação de mão de obra para esses serviços, nos materiais necessários para a implementação do Projeto Político Pedagógico, em instrumentos que permitam avaliar a aprendizagem e no desenvolvimento de atividades educacionais. (ALMEIDA, 2009, p.1)

Esse programa, instituído por uma política pública, portanto, visa a descentralização das ações e a valorização da autonomia da escola, especialmente de sua gestão. Conforme autores do campo, esse tipo de política focalizada, é típica das reformas implementadas no estado na década de 1990. Embora muitos sejam os proveitos de um dinheiro sendo direcionado diretamente à escola, existem também os contrapontos. Moreira (2002) aponta em sua pesquisa sobre o PDDE no ensino médio, por exemplo, que em diversas localidades vários foram os tipos de programas que cada escola resolveu priorizar e, portanto, concluiu que a “ausência de um projeto nacional e orgânico para o ensino médio é percebida, também na diversidade de ações financiadas para esta etapa de educação” (MOREIRA, 2002, p. 12)

O que se pretende, sumariamente, colocar, é que apesar dos ganhos desta política, há perdas com relação a uma organização nacional da educação e do ensino público do país que poderiam ser sanadas caso houvesse dentro dessa política a participação de mais entes federados cooperando e colaborando com a gestão e a prioridade de pelo menos parte do dinheiro. Ou seja, traçando com parte desses valores o que se espera para a educação nacional, estadual e municipal em nível público e a outra parcela sendo direcionada para o atendimento autônomo das necessidades da escola identificadas pela gestão e comunidade escolar.

Já na outra Política, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, verifica-se essa cooperação e colaboração ocorrendo de forma mais contundente e a consequente melhor utilização da política em todos os níveis. Nesta os governos federal, estadual e municipal atuam juntos oferecendo cursos de formação continuada para professores atuantes nas classes de alfabetização. Além disso, existe a participação e cooperação de centros e universidades na capacitação dos formadores. Com relação ainda a Superintendência Regional de Juiz de Fora, essa política foi adotada tomando como formadores os analistas educacionais efetivos lotados na superintendência e com a participação das 54 escolas estaduais da cidade.

O curso recebe verbas dos três níveis e esferas de governo e é ministrado da seguinte forma: Professores universitários são convidados pelo MEC para fazer parte da comissão de gerenciamento e capacitação dos formadores. Estes últimos são indicados pela Superintendência Regional de Ensino e são escolhidos atendendo a metade de vagas para o nível estadual e metade para o nível municipal. Após capacitados, esses formadores ministram cursos para os professores das duas redes que estejam atuantes nas classes alfabetizadoras. Nos cursos, com duração média de 3 meses, esses professores recebem uma bolsa no valor de duzentos e quarenta reais e certificado após apresentação de uma boa prática através dos estudos desenvolvidos no período.

Aqui se verifica: (1) o dinheiro para a bolsa dos professores alfabetizadores e para a remuneração dos professores universitários que capacitam os formadores e os membros da comissão do MEC vem do governo federal; (2) a remuneração dos formadores escolhidos

em nível estadual é mantida na folha de pagamento deste mesmo nível; (3) a remuneração dos formadores escolhidos em nível municipal é mantida na folha de pagamento deste mesmo nível; (4) caso os governos estaduais e municipais desejem ampliar as vagas de participantes dos cursos, estes podem e fazem o pagamento das bolsas desses professores por sua conta; (5) professores das três esferas públicas são capacitados juntos.

Destas atitudes quanto ao PNAIC ficam várias lições. O programa, mesmo não sendo perfeito, aponta caminhos possíveis para que a cooperação entre os entes aconteça de forma a atender o interesse de qualidade educacional nacional e de explorar os limites dessas relações. É uma política que não “pesa” em nenhum dos lados, já que a União com maior arrecadação é responsável por alocar a maior parte enquanto que estados e municípios complementam à medida que acham necessário.

O que fica, por hora, é que esta política obteve a cooperação e colaboração entre os entes federados e consegue ainda manter-se, enquanto política de estado, funcionando para a melhoria da educação nacional. Além disso, atende a uma demanda histórica no Brasil por formação continuada de professores e participação de todos os entes no envolvimento de uma política em comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o presente capítulo, muitos foram os desafios encontrados. Através da análise das duas políticas educacionais em pauta foi possível perceber a importância e a relevância da cooperação e da colaboração interferativas para o sucesso das políticas públicas em educação. Ambas as políticas demonstraram a necessidade desses procedimentos, na medida em que, na política do Programa Dinheiro Direto na Escola, a ausência de uma perspectiva mais nacional dificulta a utilização dos valores recebidos quando os mesmos precisam se destinar a eventos que não se encontram descritos e autorizados na política. Já no programa de formação de professores, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, a cooperação e colaboração aconteceram de forma a tornar o programa uma referência em todas as redes, unidades de ensino e entre os próprios municípios e estados em conjunto com a União. Os valores e os cursos oferecidos evidenciaram a cooperação e colaboração entre os três entes responsáveis pela educação.

A opinião dos atores políticos e públicos envolvidos ficou ausente por não ter sido possível a realização de entrevistas em tempo hábil para este artigo. A pandemia do novo Coronavírus fez com que as esferas responsáveis pelo oferecimento educacional ficassem sobrecarregadas de novas e outras tarefas para a oferta do ensino remoto. Contudo, a análise dos documentos e dados levantados mostrou-se profícua e coerente ainda assim. Há ainda a possibilidade da continuidade deste estudo, através das entrevistas, em momento oportuno.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. Leis, Planos E Metas: uma perspectiva histórica acerca da obrigatoriedade do ensino e do investimento na educação pública. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 37, 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2015.

ALMEIDA, Daniela. 5 pontos sobre o programa dinheiro direto na escola. **Gestão Escolar**. 2009. Disponível em < <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/711/5-pontos-sobre-programa-dinheiro-direto-na-escola> >. Acesso em 14 de janeiro de 2020.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.

CASTRO, M. L. O. de. **A Educação na Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: André Quincé, 1998.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n.116, p.245-262, jun. 2002.

_____. Os desafios e as perspectivas do regime de colaboração e do regime de cooperação no Sistema Nacional de Educação. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 37, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013.

FNDE. **Sobre o PDDE**. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/programas/pdde> >. Acesso em: 12 de Junho de 2018.

MATOS, Polyana Gomes de. **O dispositivo da Obrigatoriedade Escolar**: Disputas, negociações e desafios (2006 -216). 2019. 143f. Dissertação (Mestrado em educação) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2019.

MOREIRA, Ana Maria Albuquerque. Gestão financeira descentralizada: uma análise do programa dinheiro direto na escola. **ANPAE**. Brasília. 2012.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 661-690, out. 2007. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0328100> >. Acesso em 18 de agosto de 2020.

QEDU. Desenvolvido por Meritt e Fundação Lemann, 2013. Apresenta informações sobre a qualidade do aprendizado em cada escola, município e estado do Brasil. Disponível em: < <https://www.qedu.org.br/> >. Acesso em: 10 janeiro 2020.

UNIVERSALIZAÇÃO da pré-escola traz desafio gigantesco para municípios. **UNDIME**, Belo Horizonte, 8 dez. 2015. Disponível em <<https://undime.org.br/noticia/08-12-2015-14-50-universalizacao-da-pre-escola-traz-desafio-gigantesco-para-os-municipios>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

ZANDER, Katherini Finn. **Judicialização da política de corte etário para ingresso no ensino fundamental do Paraná**. 2015. 176f. Dissertação (Mestrado em Educação) –Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 25, 26, 27, 30, 33, 35, 36, 67, 69, 105, 107, 108, 110, 112, 114, 115, 117, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 133, 136, 168, 169, 251, 252, 255, 261

Administração Pública 26, 27, 30, 33, 35, 36, 67, 107, 133

Agronegócio 1, 2, 3, 7, 10, 11, 12, 13, 153

Anglo-Americanas 62, 63, 64

Anísio Teixeira 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 87, 93, 124

Assistência Estudantil 84, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 155, 159, 160, 162, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Avaliação 33, 34, 35, 36, 52, 53, 90, 92, 93, 107, 168, 174, 218, 220, 226, 227, 230, 252, 261, 262

C

Capitalismo 1, 28, 36, 116, 235, 252, 283

Cidadania 30, 60, 64, 87, 143, 144, 145, 153, 161, 172, 176, 180, 182, 185, 186, 188, 189, 190, 205, 211, 212, 226, 235, 237, 238, 242, 245, 253, 254

Cidade Educadora 175, 182, 257, 264, 267, 268

Ciências 20, 52, 53, 54, 58, 59, 61, 65, 66, 67, 68, 70, 72, 73, 75, 105, 126, 128, 129, 130, 131, 142, 190, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 218, 223, 227, 244, 259, 272, 284, 290, 291

Classe Social e Discriminação 202

Colaboração 28, 47, 84, 123, 127, 132, 133, 134, 135, 140, 141, 142, 197, 200, 244, 250, 272

Cooperação 30, 66, 71, 132, 133, 134, 135, 140, 141, 142

Corpo 6, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 118, 160, 190, 214, 217, 221, 225

Cultura de Paz 95, 98, 100, 101, 102, 103, 245

Currículo 3, 33, 47, 61, 69, 70, 82, 124, 125, 183, 185, 190, 191, 192, 194, 218, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 257, 263, 266, 268

D

Debates 21, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 87, 178, 212, 221, 236, 258

Decolonialidade 228, 229, 231, 238

Desigualdade Socioeconômica 143, 145, 146, 151

Dialética 172, 196, 198, 277, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288

Diálogo 31, 55, 67, 68, 71, 91, 98, 108, 136, 172, 179, 181, 183, 197, 198, 199, 200, 204,

210, 213, 233, 249, 260, 263, 266, 267, 270, 271, 273, 274, 275

Difusão de Conhecimento 26

Diversidade 39, 46, 58, 60, 95, 96, 98, 99, 102, 103, 140, 156, 160, 203, 204, 206, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 232, 233, 235, 237, 242, 245, 254, 261, 281

Docentes 29, 52, 53, 91, 115, 116, 117, 125, 126, 127, 128, 189, 213, 218, 223, 224, 225, 237, 259, 265, 266, 268, 272

E

EaD 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 224

Educação 1, 2, 3, 5, 7, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 28, 29, 30, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 76, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 124, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 205, 207, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 268, 270, 271, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 288, 289, 290, 291

Educação Ambiental 76, 82, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 200

Educação do Campo 15, 16, 18, 19, 24, 291

Educação Escolar Indígena 1, 3, 5, 7, 12

Educação para a Paz 95, 96, 98, 100, 101, 102, 103, 104

Educação Profissional 47, 62, 63, 67, 69, 70, 155, 156, 158, 162, 164, 166, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 249, 277, 288, 289, 291

Educação Profissional Tecnológica 155, 162, 170, 171

Educacional 6, 7, 18, 36, 39, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 61, 62, 64, 66, 85, 93, 98, 99, 100, 105, 106, 108, 110, 111, 112, 114, 123, 127, 132, 141, 155, 173, 189, 190, 198, 203, 204, 205, 212, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 224, 226, 227, 230, 231, 232, 241, 245, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 261, 276, 277, 282, 283

Emancipação 147, 148, 151, 172, 175, 176, 177, 179, 180, 182, 183, 205, 279

Empreendedorismo Social 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131

Ensino Científico 216

Ensino de Ciências 52, 53, 54, 197, 227, 291

Ensino Médio 137, 138, 139, 140, 155, 158, 160, 162, 164, 166, 167, 171, 172, 173, 174,

233, 235, 236, 237, 247, 261, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 288, 289

Ensino Superior 33, 67, 68, 69, 71, 86, 87, 88, 90, 93, 94, 115, 125, 126, 130, 139, 160, 171, 185, 187, 189, 192, 194, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 226, 227, 264, 268, 269, 290

Escola Comum 39, 42, 43

Extensão 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 72, 73, 75, 88, 89, 91, 92, 110, 111, 150, 160, 161, 168, 192, 196, 197, 198, 199, 200, 240, 241, 242, 244, 246, 257, 258, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 290

Extensão Universitária 28, 29, 30, 31, 33, 36, 192, 196, 199, 257, 258, 264, 267, 268, 269

F

Família 4, 39, 43, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 64, 69, 92, 94, 153, 210, 213

Financiamento da Educação 248, 249, 254, 256

Formação do Pedagogo 185, 188, 261, 263, 266

Formação Inicial 49, 52, 53, 167, 190, 191, 195, 257, 258, 259, 262, 263, 267, 268, 291

G

Gênero 52, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 111, 144, 146, 152, 173, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 213, 214, 215, 230, 231, 236, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247

Gestão da Educação 106, 114, 248, 255, 257, 258, 262, 265, 266

Gestão Democrática 105, 106, 107, 109, 112, 114, 133, 143, 248, 249, 253, 254, 255, 262, 263, 266

I

Impactos Ambientais 1, 2, 7

Inclusão 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 68, 87, 88, 90, 120, 122, 127, 144, 162, 166, 169, 200, 234, 241

Interculturalidade 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247

Intersecção Raça/Etnia e Gênero 202

J

Justiça Social 101, 143, 245

L

Lei Nº 7.040/98/SEDUC/MT 105, 109, 110, 112, 113

Luta de Classes 15, 16, 23, 283, 284, 285, 288

M

Meio Ambiente 3, 7, 21, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 119, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 199

Movimento Social 15, 16, 17, 18, 23, 87

Mulheres 240, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 274

Multiculturalismo 228, 230

P

Pandemia 34, 135, 141, 158, 162, 170, 200, 217, 223, 226

Parceria 23, 26, 43, 47, 65, 66, 92, 120, 194, 224, 286, 290

Pedagogia 13, 15, 19, 24, 46, 70, 96, 103, 105, 146, 175, 177, 180, 182, 183, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 201, 202, 227, 239, 241, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 264, 265, 269, 276, 291

Permanência 39, 42, 45, 47, 48, 49, 68, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 133, 143, 155, 156, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 181, 250, 271, 274

Pesquisa 1, 2, 5, 6, 7, 10, 11, 14, 15, 16, 24, 26, 27, 29, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 40, 52, 58, 61, 62, 63, 64, 67, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 81, 82, 84, 88, 89, 92, 93, 94, 96, 100, 103, 115, 116, 117, 119, 125, 127, 128, 131, 132, 134, 135, 140, 142, 143, 155, 160, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 178, 183, 184, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 201, 202, 204, 212, 215, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 257, 258, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 270, 272, 273, 274, 276, 289, 290, 291

Política Educacional 18, 108, 114, 216, 219, 248, 249, 251, 252, 253, 256

Políticas Públicas 4, 5, 18, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 46, 49, 50, 87, 103, 106, 113, 114, 132, 133, 134, 135, 141, 156, 157, 158, 170, 172, 173, 175, 185, 186, 188, 192, 194, 217, 218, 238, 240, 244, 245, 249, 261, 262, 267

Práticas Colaborativas 196

Problematização 230, 254, 270, 271, 272, 273, 274, 276

Q

Quase-Mercado 216, 217, 218, 220, 223, 224, 226, 227

R

Recurso Pedagógico 270, 273, 274

Reforma Agrária 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 25

Representações Sociais 72, 73, 74, 75, 79, 81, 82, 83, 212

S

Saúde 5, 15, 24, 64, 82, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 101, 133, 157, 160, 169, 218,

240, 246, 276

Sociologia 69, 124, 126, 150, 154, 183, 214, 228, 229, 233, 234, 235, 236, 237, 238

Surdos 43

T

Textos Imagéticos 72, 74, 75, 78, 82

Travessia 212, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289

U

Unidades Escolares 68, 105, 106, 108, 109, 110, 112, 113

V

Violência Escolar 202, 206, 207, 213, 215

Violência Simbólica 202, 204, 205, 207, 208, 213, 214

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2021